

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Departamento de História

Uma História do curso de História em Natal: 1957 – 1968



Maria Helena Oliveira de Lima

NATAL/RN

2002 2001.2

MARIA HELENA OLIVEIRA DE LIMA

Uma História do curso de História em Natal: 1957 – 1968



Monografia apresentada à disciplina Pesquisa Histórica II, ministrada pela professora doutora Denise Mattos Monteiro, do Curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a orientação da professora doutora Maria Inês Sucupira Stamatto.

NATAL/RN

2002

*A própria felicidade está na capacidade de
achar que é preciso algo mais para ser feliz.
(La Roche Foucault).*

Aos meus pais, Raimundo e Nassis, que por ironia da vida não tiveram a oportunidade, como muitos outros, de continuar os estudos. Este presente nada mais é do que o resultado da luta de vocês para garantirem a mim e aos meus irmãos um amanhã mais cheio de sonhos e esperanças, repleto de vitórias.

AGRADECIMENTO

A Professora Inês Stamato {minha orientadora} pela orientação segura que me foi dada ao longo desse processo. Esse trabalho é fruto também de sua competência em orientar. Agradeço imensamente a oportunidade que tive de trabalharmos juntas ao longo desses dois anos.

Aos professores João Wilson Mendes Melo, Roque José da Silva e Maria Tereza de Britto, Hilton da Cruz Golveia, por me terem recebido com muito carinho para que eu realizasse as entrevistas.

Aos funcionários do Arquivo Geral da UFRN, aos funcionários do SINTE, aos funcionários do CCHLA.

Aos professores do Departamento de História, Raimundo, Aurinete, Marinho, Jailma, Fedinanda, Wicliffe, graças também a vocês isso foi possível, a Jorginho do NEEL.

LISTA DE ABREVIATURAS

AGUFRN - Arquivo Geral da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

APRN - Associação de professores do estado do Rio Grande do Norte

CFE - Conselho Federal de Educação

CEPAL - Comissão Econômica para América Latina

DES - Diretoria de Ensino Superior

DOU - Diário oficial da União

DOE - Diário oficial do estado do Rio Grande do Norte

FFCL - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras

FJA - Fundação José Augusto

IHGRN - Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC - Ministério da Educação e Cultura

UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
1. Capítulo 1: A ESTRUTURAÇÃO DO CURSO DE HISTÓRIA EM NATAL	10
2. Capítulo 2: OS CURRÍCULOS DE HISTÓRIA DE 1957 A 1968	22
2.1. Como eram as aulas	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
FONTES E BIBLIOGRAFIA	35
1.1. Fontes	35
1.2. Bibliografia	36
ANEXOS	39

1- INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é analisar a constituição e o funcionamento do curso de graduação em História, em Natal, do seu surgimento (1957) ao período da incorporação do curso pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1968). Ao longo do texto buscar-se-á conhecer as razões que possibilitaram o surgimento do curso de História no estado, a sua formação, e como se deu a elaboração dos primeiros currículos; bem como as mudanças sofridas.

As primeiras aulas do curso de História em Natal surgiram em 1957, na Faculdade de Filosofia de Natal, onde atualmente funciona a Fundação José Augusto (FJA). A referida Faculdade foi criada através do incentivo dos sócios da Associação dos Professores do Estado do Rio Grande do Norte, em decorrência da necessidade de uma instituição capaz de preparar professores para o ensino ginasial e colegial no estado. Funcionava na Faculdade de Filosofia o curso de Geografia, História e Letras Neolatinas. Com o tempo outros cursos foram surgindo mediante as necessidades locais.

A relevância científica desse trabalho está no fato de ser ele um trabalho ainda não realizado sobre o ensino superior de História e de servir de referencial para uma análise do ensino de História no nosso estado.

O nosso trabalho tomou como referência fontes orais, documentos curriculares existentes no arquivo da UFRN e no Diário Oficial do Estado.

Diante da inexistência de fontes sobre a temática fomos levados a procurar reconstruir as informações sobre o curso de História a partir de depoimentos orais. Nesse sentido, realizamos entrevista com um professor e dois alunos que vivenciaram o período por nós estudado. O professor João Wilson Mendes Melo nos cedeu a entrevista e conseguiu apresentar o curso na visão do docente. Para captarmos a visão dos alunos escolhemos dois alunos da turma ingressante em 1957: Roque José da Silva e Maria Thereza de Brito. Essas fontes orais foram de extrema importância para o trabalho tendo em vista a ausência de outras fontes documentais e escritas que dessem suporte aos objetivos a que nos propomos.

Para dar ^{quais?} suporte ao trabalho utilizamos algumas obras diversas. Para discutirmos sobre a história da educação no período ~~nos~~ foi muito importante

ROMANELLI, Otaíza. ^{Obra?} No tocante a discussão sobre a educação e a política no ^{Obra?} nosso estado foi de fundamentação importância a obra de GERMANO, José Willington. Para abordar as teorias que permearam o campo educacional no mundo, bem como suas influências sobre o ensino no Brasil no campo do currículo a referência foi MOREIRA, Antônio Flávio B. ^{Obra?} A partir dessas leituras foi possível perceber o cenário local e nacional durante o período em estudo.

Para realizar as entrevistas nos valemos de uma bibliografia sobre as técnicas da História Oral. Nesse sentido, foram importantes os textos de Maria Izaura Pereira de Queiroz e Ecléa Bosi. Essas autoras ao analisar a importância do pesquisador estar preparado para realizar as entrevistas com suas fontes, nos fez realizar nossos encaminhamentos. Pois que as fontes orais são, em alguns casos, o principal documento existente que pode dar vida ao passado.

As autoras abordam a história oral e suas definições, seus passos, os seus problemas e perspectivas diante dos dados da pesquisa e, também, a relação que o entrevistador deve manter com o entrevistado.

Em Tarcísio Medeiros e Alberto Pinheiro de Medeiros foi possível, mesmo que de maneira insuficiente, observar como foi constituído o curso de História no Estado, porém são abordados de forma mais informativa que de análise, que ao o nosso trabalho se propõe.

Ao realizar este trabalho vários empecilhos ocorreram. Um problema foi a ausência de fontes escritas sobre o curso no período. Não encontramos documentação sistematizada sobre o tema no Departamento de História (DEH) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), nem na Fundação José Augusto (FJA), e nem mesmo no SINTE, antiga Associação dos Professores do Rio Grande do Norte (APRN).

Até mesmo em pesquisas realizadas no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN) não foi possível encontrá-las, a não ser o livro do professor José Haroldo Teixeira Duarte, que trata da História APRN, na qual foi possível abstrair alguns dados da diretoria da associação, na época da criação da UFCL. Alguns dados como a relação de alunos concluintes, ^hhistóricos, e currículo do ano de 1964 dos alunos do curso de História foram possíveis localizar mediante uma busca exaustiva no acervo documental do AGUFRN.

Outra dificuldade foi em localizar as pessoas que fizeram parte dessa história. Como já tinha o nome de alguns alunos da época, a busca foi feita através de listas telefônicas, através da indicação de professores do DEII, gestão atual.

O trabalho apresenta-se dividido em dois capítulos, de forma que no primeiro capítulo procuramos analisar de que forma estava estruturado o curso de História em Natal. A origem de como surgiu a Universidade no nosso estado, e como foi estruturado o curso de História.

No segundo capítulo procura-se avaliar como ocorreram as mudanças nos currículos de História desde sua criação até a federalização, buscando averiguar de que forma os currículos eram estruturados e como eram montados, Procurando também saber como eram as aulas ministradas e que textos eram estudados pelos alunos.

Cap.1 - A ESTRUTURAÇÃO DO CURSO DE HISTÓRIA EM NATAL

O primeiro curso de Graduação em História no Rio Grande do Norte surgiu em 1957, nos espaços da Faculdade de Filosofia de Natal¹. Essa Faculdade havia sido criada no ano de 1955, por iniciativa da Associação dos Professores do Rio Grande do Norte (APRN), com o objetivo de titular professores que atuavam no magistério do ginásial e do colegial, sem estarem legalmente habilitados para o exercício da função.

Naquele momento o ensino superior no Rio Grande do Norte ainda se limitava a alguns cursos isolados², sediados em Natal, que muito lentamente se constituíam. Os cursos que começaram a surgir a partir da década de 1920, ainda eram muito raros na década de 1950 e atendiam a uma pequena parcela da população.

A Escola de Farmácia de Natal, criada através da Lei Estadual nº 497 do dia 2 de dezembro de 1920, foi a primeira escola de nível superior instituída no estado.³ A escola, que oferecia os cursos de Farmácia e odontologia, entretanto, não conseguiu se consolidar, o que levou ao seu fechamento ainda na mesma década de sua fundação. As razões exatas para a desativação da Faculdade de Farmácia e Odontologia, na segunda metade da década de 1920, ainda não foram estudadas. Todavia, aparentemente dois problemas devem ter interferido: a falta de alunos e a falta de estrutura da instituição.⁴

Eram muitas as dificuldades para a manutenção de um curso superior em Natal nas primeiras décadas do século XX, isso porque a cidade não possuía recursos públicos ou privados capazes de manter escolas superiores. Para se ter uma idéia das dificuldades da Faculdade, pode-se ilustrar que dos 26 alunos inscritos na Faculdade de Farmácia, em 1920, apenas 2 concluíram o curso em 1925.

Após o fechamento da Faculdade de Farmácia e Odontologia o estado ficou sem curso superior por vários anos. Somente em 1947 ocorreu o ressurgimento do ensino superior em Natal. Naquele ano foi fundada a segunda Faculdade de Farmácia e

¹ A Faculdade de Filosofia de Natal funcionava na avenida Jundiá, no prédio do antigo Grupo Escolar Antônio de Souza. Atualmente esse edifício abriga a Fundação José Augusto, órgão pertencente ao Governo do Estado.

² Cursos isolados na medida em que não havia uma instituição maior que os congregassem.

³ Posteriormente essa escola, por meio da Lei Estadual nº 570, de 1º de dezembro de 1923, passou a denominar-se Escola de Farmácia e Odontologia de Natal.

⁴ MEDEIROS, Tarcísio. História. UFRN: 30 anos, p.13.



Odontologia, pelo professor Luiz Soares Correia de Araújo, na época presidente da Associação dos Professores do Rio Grande do Norte (APRN).

No final da década de 1940 Natal era uma cidade bem diferente daquela dos anos 1920. Durante a Segunda Guerra Mundial a pequena cidade modificou-se completamente. Uma base militar americana e três quartéis das forças militares brasileiras foram aqui instalados. Esse contingente militar provocou um aumento considerável da população, a construção de várias obras públicas e privadas e a absorção - por parte da população local - de muitos valores culturais presentes em grandes cidades americanas e brasileiras.

A Segunda Guerra deixou como legado uma cidade bem maior e com idéias diferentes no tocante a forma de convívio social e as aspirações da população⁵. Ao observarmos os dados estatísticos sobre o crescimento da população antes e depois da Guerra percebemos o quanto esse crescimento foi significativo. Em 1940, antes do conflito bélico internacional, Natal era uma cidade que possuía 55 mil habitantes; em 1950, poucos anos após o término da Guerra, esse número passou a ser de 103 mil habitantes⁶. Isso significa que o número de habitantes existentes desde sua origem até a década de 1940 foi praticamente dobrado em menos de uma década.

Assim, pode-se afirmar que a vida de Natal foi completamente alterada a partir da década de 1940. Sobre o assunto Clementino demonstra que

a vinda de grande contingente de militares e mais a construção de bases, atraiu de imediato a população civil motivada pela oferta de emprego civil e militar e também incentivada pela grande circulação de dinheiro que ocorria na cidade⁷.

Porém, a mesma autora ainda nos mostra que a cidade não estava preparada para absorver as novas atividades econômicas que surgiam, nem tinha estrutura suficiente para absorver o contingente populacional que estava se fixando⁸. As novas atividades e o crescimento populacional requeria que a cidade melhorasse em diversos aspectos, tais

⁵ Com a Guerra apareceram os primeiros bares da cidade, a influência da língua inglesa também passou a ser comum no linguajar local e, além disso, aumentou consideravelmente o número de pessoas interessadas em estudar. Foi uma situação nova para uma cidade que antes da Guerra tinha aspirações muito limitadas.

⁶ CLEMENTINO, Maria do Livramento M. *Complexidade de uma urbanização periférica*, p.175.

⁷ *Ibid.*, p.175.

⁸ No período da Guerra um outro fator aumentou o número de habitantes de Natal: a seca de 1942. Isso porque um contingente populacional vindo do interior do estado passou a se abrigar na capital.

como: o abastecimento de alimentos, água e combustível; a disponibilidade de moradias; o sistema de transportes coletivos; os hotéis; as pensões.

Após a Guerra, o número de habitantes de Natal permaneceu estável. A fixação das tropas militares - e dos seus familiares- das três forças armadas nacionais, favoreceram para que ocorresse a dinamização da cidade no contexto da economia estadual. Nesse período, há o crescimento, sobretudo, do setor de serviços.

Foi esse contexto, marcado pelo aumento populacional e pela dinamização econômica da cidade, que possibilitou a criação de algumas Faculdades isoladas. Nesse sentido, foram criadas a segunda Faculdade de Farmácia e Odontologia (1947); a Faculdade de Direito (1949), a Faculdade de Medicina (1955), Escola de Engenharia (1957) e a Faculdade de Filosofia de Natal (1955).

A Faculdade de Filosofia de Natal (posteriormente denominada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Natal - FFCL), particularmente, surgiu porque com o crescimento da cidade o número de escolas cresceu consideravelmente, não existindo professores habilitados para exercerem o magistério. Assim sendo, a 12 de março de 1955, foi autorizada a funcionar através do Decreto Federal n.º 40.573, sendo instalada solenemente a 27 de dezembro de 1956. Em fevereiro de 1957 foram realizados os primeiros concursos destinados a selecionar candidatos aos cursos então oferecidos pela FFCL: História, Geografia e Letras Neolatinas. No início os cursos eram apenas autorizados a funcionar, entretanto Medeiros afirma que, posteriormente, pelo Decreto Federal n.º 46.868, de 19 de setembro de 1959, todos eles foram devidamente reconhecidos pelo MEC.⁹

No primeiro processo seletivo para ingresso nos cursos da Faculdade de Filosofia de Natal os candidatos faziam provas escritas nas disciplinas de Português; Francês; Geografia Geral e do Brasil; e História Geral e do Brasil. O resultado dessa seleção apresentou os seguintes dados: no curso de História, dos 14 inscritos apenas 12 foram aprovados; em Geografia, dos 16 inscritos 13 foram aprovados; em Letras Neolatinas dos 33 inscritos, 22 foram aprovados (DUARTE).¹⁰

⁹ MEDEIROS, Tarcísio. *História - UFRN: 30 anos*, p.13.

¹⁰ DUARTE, José Haroldo Teixeira. *História da associação dos professores do Rio Grande do Norte*, p.113.

As aulas da FFCL só tiveram início no dia 7 de março de 1957. O marco inicial das atividades acadêmicas foi à aula inaugural proferida pelo professor de História Nilo Pereira, na época Diretor da Faculdade de Filosofia da Universidade do Recife¹¹. Em sua exposição o professor Pereira dedicou-se a explicitar, de acordo com a sua interpretação, os verdadeiros propósitos da criação de uma Faculdade. Segundo o professor pernambucano, a criação da Faculdade representaria um importante avanço para Natal. Isso porque seria um elemento de fomento cultural para a sociedade e estimularia a produção de pesquisas, que abriam os horizontes intelectuais e vislumbrariam perspectivas de futuro.

No ato de instalação de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, o que mais importa é caracterizar os fins e os meios de uma instituição cultural de tamanha importância na organização universitária.

Estamos diante de uma iniciativa que concretiza o maior anseio da cultura moderna: a pesquisa intelectual abrindo à inteligência as perspectivas dos saber humano (PEREIRA)¹².

Os princípios da Faculdade de Filosofia de Natal foram elaborados a partir dos objetivos da Faculdade Nacional de Filosofia, definidos no Decreto - Lei n.º 1190, de abril de 1939. Dessa maneira os objetivos da Faculdade de Nacional de Filosofia (expressos no corpo do Decreto) e, posteriormente, da Faculdade de Filosofia de Natal eram os seguintes:

- 1º) preparar trabalhadores intelectuais para o exercício das altas atividades pedagógicas e técnicas;
- 2º) preparar candidatos ao magistério do ensino secundário e normal;
- 3º) realizar pesquisas nos vários domínios da cultura, que constituíssem objetivo do seu ensino (DUARTE)¹³.

~~MEMÓRIAS~~
¹¹ Medeiros, Tarcísio. História – UFRN: 30 anos, p.14 - afirma que o professor Nilo Pereira em nosso contemporâneo, o que nos conduz a imaginar que se tratava de um norte-rio-grandense que na época era o diretor da Faculdade de Filosofia Universidade Federal de Pernambuco. DUARTE, J.H.T. História da associação dos professores do Rio Grande do Norte, p.113 - afirma que o Dr. Pereira era professor de História da Faculdade de Filosofia da Universidade do Recife. Como não temos a informação de quais os cursos pertencentes à Universidade de Pernambuco no período, resolvemos deixar no texto a informação Universidade do Recife.

¹² PEREIRA, Nilo. Aula inaugural da Faculdade de Filosofia de Natal. In: DUARTE, J.H.T. História da associação dos professores do Rio Grande do Norte, p.113.

¹³ DUARTE, J.H.T. Op.cit., p.113

Esses objetivos estavam sintonizados com as necessidades de Natal no período. A cidade crescia e a carência de pessoas especializadas para o magistério secundário e normal se tomava evidente. De forma idêntica à sociedade passava a exigir a produção de pesquisas que possibilitassem o encaminhamento de soluções de problemas.

A idéia de formar professores era o principal eixo da FFCL. O seu primeiro diretor¹⁴, o professor Edgar Barbosa, em palestra preparatória no início das atividades na Faculdade, proferida no dia 26 de outubro de 1956, deixou evidente essa idéia e indicava as novas habilidades e competências necessárias para se exercer o magistério. Segundo o diretor, o professor

não poderá jamais ser uma simples máquina de transmitir definições. Há de plasmar em novas formas, sua capacidade de contágio mental, criar seu sentido contemplativo da verdade, atrair para ele o seu grupo de estudantes, e assim conquistar para o aluno, sem palmatória, aquelas quatro virtudes pela obtenção das quais São Tomaz de Aquino rezava todos os dias: inteligência para compreender, memória para reter, sutileza para interpretar e facilidade para se expressar.

Será esta uma síntese nova, vencendo a análise pedante, que se baseia exclusivamente sobre a dissertação detalhada e cansativa. Se o professor reunir todos esses fatores, então será um homem capaz de transformar uma classe de "robots", de seres mecânicos, em uma equipe de humanistas integrados nas aspirações da sociedade nova.¹⁵

Por essa interpretação percebe-se uma preocupação do diretor da Faculdade em demonstrar que o ensino estava em mudança. Segundo o diretor, o professor deveria superar métodos tradicionais de ensino (marcados pela simples transmissão de informações e o uso da palmatória) e buscar novas metodologias (que estimulassem a compreensão, a interpretação e expressão). Nessa perspectiva, os cursos da FFCL eram criados com aspirações de formar professores que trabalhassem inovações no seu fazer pedagógico.

No tocante ao curso de História, especificamente, a FFCL ofertou inicialmente apenas o Bacharelado mas, com poucos anos, passou a ofertar também a Licenciatura. A

¹⁴ A Faculdade de Filosofia de Natal começou a funcionar com um Corpo Administrativo bastante reduzido, devido o próprio tamanho da instituição. Dessa forma, existia apenas um Diretor (Edgar Barbosa); um Secretário (Honório da Costa Farias); um Tesoureiro (Luiz Gonçalves Pinheiro); uma Bibliotecária, (Maria Fernandes da Mota e Silva); Bedel (Natércio Gomes da Costa) e um Servente (Ananias Silva).

¹⁵ BARBOSA, Edgar. In: MEDEIROS, Alberto Pinheiro. História. UFRN: 30 anos, p.17.

implantação da Licenciatura em História ocorreu no dia 26 de dezembro de 1959, através do Decreto Federal n.º 45.116. Esse mesmo Decreto ainda criou mais dois novos cursos: Pedagogia e o curso de Didática.

Qualquer aluno que ingressasse no curso de História faria o Bacharelado, realizado ao longo de três anos letivos, que em geral era dividido em dois períodos. Quem desejasse licenciar-se estudaria as disciplinas de educação, por mais um ano, após a conclusão do Bacharelado.

Para cada disciplina, ou cadeira como era chamada na época, havia um professor diferente. Não havia mais de um professor por cadeira. O quadro de professores que ministraram as primeiras aulas na Faculdade de Filosofia em 1957 era formado por professores que muitas vezes não tinham, se quer, habilitação na área, como era o caso do professor João Wilson que lecionava História, porém graduado em Direito. No seu depoimento afirmou,

No início da década de 50 Natal não tinha Academias. Quando chegou a hora de cursar uma universidade tive que procurar uma escola fora da cidade, assim fui estudar Direito em Maceió. Escolhi a Faculdade de Direito de Maceió, porque não exigia presença do aluno em todas as aulas. O aluno só precisaria ir no período perto das provas, o que acontecia três vezes por ano. Foi em Maceió que eu me formei em Direito.

(...) fui sempre professor, minha primeira atividade que nunca deixei ao lado de outras, como por exemplo a de advogado, depois de formado. Advoguei na vara de família durante todo o tempo, especializando em ações de investigação de paternidade, alimentos, aposentadorias, pensões junto à instituição competente e tive outras ações também no campo do Direito Pessoal.

Quando ingressei na Universidade minha opção foi pelo curso de Direito, pois achava mais compatível com a minha vocação, inclusive de professor. Quanto às expectativas anteriores, foram confirmadas em parte. Pois aquilo que o curso de Direito poderia me trazer no tempo do bacharelismo no Brasil, em que o título embora não tivesse sido adquirido com muito esforço, com muito estudo, mas tinha o seu valor, dava um status. Quanto a esse ponto ele foi realmente positivo. Agora quanto à prática da justiça pelo que o advogado luta, tive algumas decepções.¹⁶

¹⁶ MELO, João Wilson Mendes. Entrevista, p. 2-3.

O professor João Wilson Mendes Melo afirma que tornou-se professor do curso de graduação em História, desde a primeira turma, por aceitar um convite que veio a coincidir com o seu interesse pela História. Nesse sentido depõe o professor:

Tornei-me professor de História por opção. Sempre me interessei em conhecer a vida do homem sobre a terra.[...] Com a criação da Faculdade de Filosofia de Natal, em 1955, eu fui convidado para ser professor do curso de História que iria ser ministrado a partir de 1957. Teria dois anos para me preparar para o magistério.¹⁷

A partir do depoimento de Melo - graduado em Direito e professor do curso de História- podemos detectar que a escolha dos professores para a composição do quadro docente da FFCL em 1957 recaía sobre nomes de profissionais de diferentes áreas, sobretudo do Direito, que tinham prestígio na cidade. Para ilustrar essa afirmação elaboramos a *Tabela 1*.

Tabela 1: Alguns professores da FFCL em 1957 com as respectivas formações acadêmicas e as cadeiras ministradas

Nome do professor	Formação acadêmica	Curso da FFCL	Cadeiras ministradas
João Wilson Medes Melo	Direito	História	➤ História da Antiguidade ➤ Idade Média
Hélio Dantas	Direito	História	➤ História do Brasil
Boanerges Januário Soares de Araújo	Direito	Geografia	➤ Geografia Física
Hélio Manede de Freitas Galvão	Direito	Geografia	➤ Antropologia
Otto de Brito Guerra	Direito	Geografia	➤ Geografia Humana
Alair Vilar Fernandes de Melo	Monsenhor Católico	Letras Neolatinas	➤ Língua e literatura italiana
Maria Núbia da Câmara Borges	¹⁸	Letras Neolatinas	➤ Língua e literatura espanhola
Esmeraldo Homem de Siqueira	Direito	Letras Neolatinas	➤ Língua e literatura francesa

17 Fonte: DUARTE¹⁹; SILVA²⁰.

Observando-se a Tabela 1 é possível perceber que os professores formadores, dos diferentes cursos da FFCL, não possuíam habilitação específica para ministrarem as cadeiras a eles designadas. Pelos depoimentos podemos deduzir que esses docentes foram

¹⁷ Ibid, p.5.

¹⁸ Não conseguimos a formação acadêmica da professora

¹⁹ DUARTE, José Haroldo Teixeira. História da associação dos professores do Rio Grande do Norte, p.

se formando a partir da própria prática. Muitos desses profissionais fizeram cursos fora do estado para que pudessem trabalhar com as cadeiras. Melo, por exemplo, afirma que entre a fundação da FFCL (1955) e o início das aulas (1957), os professores viajaram para outros estados em busca de qualificação profissional.

Durante esses dois anos eu aproveitei as viagens que eu fiz ao sul para ir as universidades, sobretudo, a de Porto Alegre e algumas de São Paulo, ir procurar dos professores já experimentados da disciplina os conselhos que eles podiam me dar para começar minha tarefa. Tenho a registrar os encontros com a professora Elita Kopten. Era uma professora descendente de alemães da Universidade Federal de Porto Alegre. Durante oito dias que passei naquela cidade eu freqüentava a Faculdade logo cedo e tinha um encontro de uma hora, uma hora e pouco com ela. Ela então me transmitiu uma bibliografia atual, do ensino de história e inclusive também de Didática da História. Sendo que didática ela me deu verdadeiras aulas, e me deu apostilas, e me deu indicação de livros. Foi um verdadeiro curso intensivo que eu fiz com essa professora. De volta, em São Paulo, na Aliança Francesa, adquiri todos os livros que ela havia me indicado e recebi depois em Natal pelo reembolso postal. Sorte que tive dois anos em contato com esses livros e com esses professores, alguns que foram mantidos por correspondência.²¹

Apesar de todos os esforços para implantar os cursos superiores da FFCL, a APRN não conseguiu garantir a sobrevivência da instituição por muito tempo. Situações de dificuldades eram vivenciadas também por outras Faculdades. Diante disso, o Governo do Estado, na gestão Dinarte de Medeiros Mariz, criou a Universidade do Rio Grande do Norte. Essa instituição surgiu incorporando e agregando alguns estabelecimentos de ensino superior existentes na capital do estado. Os estabelecimentos incorporados eram aqueles cursos isolados mantidos pelo Governo do Estado; os agregados eram os mantidos por entidades de caráter privado, como era o caso da FFCL, as Faculdades de Medicina e a Escola de Serviço Social.

Essa incorporação aconteceu através da Lei n.º 2307 de 25 de Junho de 1958, publicada no DOU no dia 28 de Junho de 1958. No processo de estadualização estava explicitado os objetivos da Universidade do Rio Grande do Norte:

²⁰ Silva, Roque José. Entrevista, p.2.

²¹ Melo, João Wilson Mendes Entrevista, p.9.

a) *manter e aperfeiçoar, nas diversas unidades que a compõem, o ensino superior, desenvolvendo a cultura filosófica, científica, literária e artística;*

b) *formar quadros naturais constituídos de elementos habilitados para o exercício das profissões técnico-científicas liberais e do magistério, bem como das altas funções da vida pública;*

c) *concorrer para o engrandecimento cívico, espiritual e material do Estado e da Nação.*²²

Para que um estabelecimento ou instituição de ensino superior fosse incorporado pela Universidade, havia a necessidade de provar alguns propósitos básicos, tais como: ministrar o ensino enquadrado nos objetivos da Universidade e que era reconhecido pelo Governo Federal²³. A Universidade do Rio Grande do Norte foi criada para ser administrada a partir de três órgãos: a Assembléia Universitária, o Conselho Universitário e a Reitoria²⁴.

A nomeação do Reitor era feita pelo Governador do Estado, a partir da escolha de um dos nomes constante de uma lista tríplice, organizada em votação uninominal pelo Conselho Universitário. O mandato do Reitor era de três anos, com direito a ser reconduzido ao cargo desde que fosse novamente incluído na lista tríplice.

No tocante ao ingresso dos alunos na universidade haviam normas reguladoras. Os *concursos de habilitação* - posteriormente denominado de *vestibular* - eram regidos por um Edital. O 1º *concurso de habilitação*, 1961,²⁵ para a Faculdade de Filosofia²⁶, abriu inscrições para os seguintes cursos: Letras Neolatinas, História, Geografia e Pedagogia. Cada curso teria direito a 30 vagas no processo seletivo.

As normas para o processo seletivo da Faculdade de Filosofia, a ser realizado em 1961, foram publicadas no DOE no dia 07 de dezembro de 1960. Pelas normas o período de inscrição para o *concurso de habilitação* seria de 02 a 20 de janeiro de 1961 e para

²² BRASIL. Lei n.º 2307. DOU, 25 jun. 1958.

²³ DOE. Lei n.º 2307 - Título II - Da constituição da Universidade. Art 7º Natal, 28 de junho, 1958

²⁴ Sobre as funções da Assembléia Universitária, do Conselho Universitário e da Reitoria cf. Diário Oficial do Estado. Lei n.º 2307 - Título III - capítulo III - Da constituição da Universidade. Arts. 11-21. Natal, 28 de junho, 1958.

²⁵ DOU de 22/12/1960 - Concurso de habilitação para a Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Norte.

²⁶ A Faculdade de Filosofia, como instituição agregada, permanecia com autonomia para realizar o processo seletivo dos seus cursos.

concorrer ao processo o candidato era obrigado a apresentar uma série de documentos no ato da inscrição. Os documentos exigidos tinham natureza das mais diversas, conforme nos informa o DOE: A inscrição para o concurso de habilitação deverá ser instruída pelos seguintes documentos

- 1º) *Carteira de identidade;*
- 2º) *Atestado de idoneidade moral passado por autoridade civil, militar, eclesiástica ou por diretor de estabelecimento de ensino médio ou superior, válido até seis (6) meses;*
- 3º) *Atestado de vacina anti-variólica;*
- 4º) *Atestado de sanidade mental, válido até seis meses;*
- 5º) *Prova de quitação militar (para homens);*
- 6º) *Certidão que comprove idade mínima de 18 anos completos ou a completar até 30 de janeiro de 1961;*
- 7º) *Certificado de conclusão de ginásial e colegial e respectiva vida escolar, (fichas 18 e 19 da Diretoria do Ensino Secundário) em duas vias. Esta exigência poderá ser substituída pela apresentação de diploma registrado na diretoria de Ensino Superior e expedido por qualquer curso superior, oficial ou reconhecido²⁷.*

Analisando-se os documentos exigidos para o *concurso de habilitação* podemos perceber o caráter seletivo do processo. Os atestados de sanidade mental e anti-variola mostram que o candidato não poderia se submeter ao processo seletivo se durante a inscrição apresentasse um problema de saúde. Também percebemos que, mesmo que tivesse atingido conhecimentos capazes de ingressar no ensino superior com idade inferior a 18 anos, o candidato não poderia se inscrever. Isso porque só poderia se submeter ao concurso maiores de idade.

As regras para o *concurso de habilitação* apresentavam algumas exceções. Dessa forma, os sacerdotes, religiosos e ministros de culto poderiam se inscrever ao processo de habilitação mesmo que não tivessem o curso secundário. Nesses casos, seria suficiente que o candidato tivesse concluído estudos em um seminário idôneo. Também poderiam se inscrever os professores das escolas normais, com efetivo exercício no magistério há pelo menos seis anos, que estivessem lecionando a mesma disciplina pretendida para o concurso. Além desses dois casos, poderiam ainda se inscrever sem o curso secundário.

²⁷ DOE. Edital do primeiro concurso de habilitação de 1961 da Faculdade de Filosofia do Rio Grande do Norte, p.43.



*...os professores já definitivamente registrados na Diretoria do Ensino Superior, com exercício por mais de três anos em disciplina do curso em que pretendam matricular-se; e os autores de trabalhos publicados em livro considerado de excepcional valor pelo Conselho Técnico Administrativo da faculdade no curso correspondente ao assunto literário ou científico em apreço*²⁸.

O processo seletivo para o *concurso de habilitação* da Faculdade de Filosofia, diferenciava-se de um curso para outro. Os candidatos ao curso de Letras Neolatinas teriam que fazer provas de: Português, Latim, Francês e Inglês. Para quem quisesse cursar Geografia ou História: as provas seriam de Português, História Geral, História do Brasil, Geografia Geral, Geografia do Brasil, Francês ou Inglês. Já para quem quisesse Pedagogia deveria fazer as seguintes provas: Português, História Geral, Psicologia e Lógica e Inglês ou Francês.²⁹

Mesmo com as ajudas financeiras do estado do Rio Grande do Norte para a Faculdade de Filosofia, conforme pode ser visto no Relatório do Diretor da Divisão do ensino superior do estado de 1966, as dificuldades com os cursos de graduação permaneciam. Os problemas relacionados a manutenção e a administração dos cursos persistiam e a estadualização não mostrava caminhos de mudança. Dessa forma, em 1968, durante a Gestão de Governador Walfredo Gurgel, e seguindo uma tendência nacional, os cursos da Faculdade de Filosofia foram incorporados a Universidade Federal do Rio Grande do Norte.³⁰

O processo de federalização da Faculdade de Filosofia foi bastante complexo. Em 1968, estudantes e professores uniram-se para protestar contra o atraso no pagamento dos profissionais que trabalhavam na Faculdade. Assim, foi desencadeado um movimento grevista em prol de melhores salários.

Como o então Presidente da Fundação José Augusto³¹, Hélio Galvão, não atendeu as reivindicações, alegando falta de recursos e diante do descaso do Governo do Estado

²⁸ Arquivo Geral da UFRN – Diário Oficial do Estado, quinquagésima terceira página, Edital do 1º concurso de habilitação de 1961 da Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Norte, caixa 102. Anexo

²⁹ Idem.

³⁰ A Universidade Federal do Rio Grande do Norte foi criada pela Lei 3.849 de 18 de dezembro de 1960. Todavia inicialmente só fazia parte da universidade as Faculdades de Medicina, Farmácia, Odontologia e Direito.

³¹ Ao se agregar a Universidade do RN a Faculdade de Filosofia ficou subordinada a Fundação José Augusto.

frente a este problema, os grevistas propuseram a federalização da Faculdade. Uma comissão de representantes se mobilizou em prol da Faculdade com o intuito de fazer certa pressão sobre as autoridades locais. Dessa comissão faziam parte Quinho Chaves, Romildo Gurgel, Pedro Zacarias e João Faustino. Esses professores foram ao encontro do ex-governador Dinarte Mariz, que na época se encontrava no Rio de Janeiro, e dele receberam o aval para a inclusão da Faculdade de Filosofia à Universidade Federal. Em seguida ao encontro do Governador na época, Monsenhor Walfredo Gurgel, que embora pertencente ao grupo político de Aluízio Alves, aceitou a proposta de federalização.³²

Segundo Campos³³ a disputa dos grupos políticos locais em torno da federalização da Universidade foi intensa. O governador Walfredo Gurgel - partidário de Aluízio Alves - e Dinarte Mariz não queriam perder a "paternidade" da instituição. Todavia, chegou-se a um acordo entre essas duas forças políticas que terminaram por garantir a efetivação da federalização.

No processo de federalização da FFCL o Governo Federal contratou todos os funcionários que trabalhavam na Faculdade e modificou a estrutura de funcionamento dos cursos. Nesse sentido, foi criada a Faculdade de Educação - que entre outras funções passou a responsabilizar-se pela formação dos bacharéis que desejassem licenciarem-se - e o Instituto de Ciências Humanas, Letras e Artes - que passou a reunir diversos cursos, entre eles o de História Bacharelado. A Licenciatura, que correspondia a 4ª série, ficou sendo oferecida na Faculdade de Educação e o Bacharelado no Instituto de Ciências Humanas.³⁴

Com a criação do Instituto de Ciências Humanas, Letras e Artes³⁵, o curso de História se fundiu ao de Geografia num único departamento. Posteriormente esse mesmo Instituto transformou-se em Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes.³⁶ A partir da federalização o curso de História ganhou novos rumos.

³² CAMPOS, Herculano Ricardo. *Diz me com quem andas e te direi quem és: a psicologia no Rio Grande do Norte, do padre Monte ao curso da Universidade Federal*, p.49.

³³ *Ibid.* Op. cit. p.48.

³⁴ cf. ROCHA, Raimundo Nonato A. da. *Identidades e ensino de história: um estudo em escolas do Rio Grande do Norte*, p.86.

³⁵ Era função do referido Instituto ministrar o ensino básico introdutório aos cursos profissionais, de graduação, cursos de aperfeiçoamento, especialização e extensão.

³⁶ Com um tempo o curso de Filosofia foi acrescido ao departamento de História e Geografia, logo denominado Departamento de História, Geografia e Filosofia.

Cap. 2 - OS CURRÍCULOS DE HISTÓRIA DE 1957 A 1968

Logo após a criação da Faculdade de Filosofia de Natal, em 1955, a APRN designou um grupo de professores, liderados pelo professor Edgar Barbosa, com o intuito de elaborar o currículo para o curso de História que, a partir de 1957, começaria a ser ministrado. O documento foi formulado a partir de

...um apanhado dos currículos aplicados em vários cursos de História espalhados pelo Brasil, sobretudo dos cursos já existente nas regiões Sudeste e Sul. A partir desse mapeamento a APRN contando com a colaboração de alguns professores, conseguiu sistematizar o currículo a ser aplicado aqui em Natal. Participaram da elaboração desse currículo os professores Edgar Barbosa, Max Azevedo (na época inspetor de ensino), Joaquim Coutinho, Antônio Pagnundes, Severino Bezerra, José Saturnino de Paiva.³⁷

Dessa forma, o currículo da primeira turma do curso de História, estava estruturado conforme nos mostra a *Tabela 2*:

Tabela 2: Currículo da primeira turma de História da FFCL.³⁸ (primeiro currículo do curso)

1957 - 1ª série	1958 - 2ª série	1959 - 3ª série	1960 - 4ª série
História da Antiguidade	História Moderna	História da América	Pedagogia
História da Idade Média	História do Brasil	História Contemporânea	Didática
		História do Brasil (Moderna e Contemporânea)	

Fonte: MEDEIROS³⁹

Segundo Melo⁴⁰, um dos participantes da elaboração do primeiro currículo, toda a formulação do documento respeitava a ordem cronológica dos fatos, buscando estimular o desenvolvimento progressivo do aluno com o conhecimento histórico. Nesse sentido, inicialmente eram trabalhadas as disciplinas História da Antiguidade e História da Idade Média, porque elas tinham um caráter introdutório para a formação do aluno. A partir

³⁷ Silva, Roque José da. Entrevista, p.2.

³⁸ A *Tabela 2* consta de informações referentes às disciplinas específicas do curso de História, durante o Bacharelado. Encontramos informações desencontradas sobre as demais Cadeiras ofertadas no curso. Diante desse problema e considerando os objetivos do nosso trabalho, resolvemos nos limitar a demonstrar a estrutura das disciplinas específicas de História.

³⁹ MEDEIROS, Alberto Pinheiro de. *História UFRN: 30 anos*, p.18.

⁴⁰ MELO, João Wilson Mendes. Entrevista, p. 16.

dessas disciplinas seria possível compreender as origens da nossa civilização. O estudo da Antiguidade e Idade Média mostrava de onde vinham os nossos ancestrais, permitindo aos alunos formarem uma base teórica para compreenderem as outras disciplinas que tratariam de períodos mais recentes.

De posse das informações referentes à base da civilização, os alunos estavam aptos a aprender no segundo ano de faculdade os conteúdos referentes a História Moderna e a História do Brasil. Em História Moderna o aluno estudaria as inovações européias que transformaram o mundo, como o Renascimento e o Iluminismo. A partir das inovações modernas os alunos seriam capazes de compreender as Grandes navegações e, dentro desse processo, entender a chegada dos portugueses ao Brasil, bem como da vida que passou a ser desenvolvida em nosso país.

No terceiro ano os alunos já tinham a base das civilizações européias e brasileira, possuindo assim os requisitos necessários para entender a História Americana e os fatos mais recentes vivenciados pela humanidade no Brasil e no mundo. Dessa forma, se estudava a História Contemporânea e a História do Brasil, enfatizando o período moderno e contemporâneo.

Esse currículo aplicado para a turma de 1957 continuou o mesmo para as turmas de 1958 e 1959. Não encontramos, porém, informações sobre os currículos dos alunos que ingressaram em 1960 e 1961. Pelas nossas fontes de investigação foi possível perceber que a turma ingressante no curso de História em 1962 estudou com um currículo que apresentava algumas modificações em relação ao elaborado em 1957. Tais modificações podem ser observadas comparando-se as *Tabelas 2 e Tabela 3*.

Tabela 3. Currículo dos ingressantes em História na FFCL em 1962 (Segundo currículo do curso)

1962 - 1ª série	1963 - 2ª série	1964 - 3ª série	1965 - 4ª série
História da Antiguidade	História Moderna	História do Brasil	História do Brasil
História da Idade Média	História do Brasil	História da América	História Contemporânea
Antropologia Cultural	História da América	História do Rio Grande do Norte	Administração Escolar
Introdução à Filosofia	Geografia Humana Geral	História Contemporânea	Didática Especial de História
		Filosofia da História	
		História das Doutrinas Econômicas	
		Didática Geral	
		Psicologia da Educação	

Fonte: AGUFRN⁴¹

Para o 1º ano continuavam valendo as disciplinas de História Antiga e Idade Média, como preparatória para as outras disciplinas do curso. A disciplina História da América passou para o 2º ano, porque os professores perceberam que seria mais interessante estudá-la junto com a História Moderna e a História do Brasil. A idéia era de que a América poderia ser compreendida melhor se fosse mostrado que seu descobrimento estava associado ao período moderno europeu.

No 3º ano as disciplinas, História do Rio Grande do Norte e História das Doutrinas Políticas passaram a fazer parte do curso. Com essas disciplinas o aluno começava a trabalhar com informações específicas sobre o seu lugar de vivência e sobre a forma de organização política de diferentes sociedades.

A turma ingressante em 1963 teve um currículo com a presença de novas disciplinas, sem contudo, alterar a idéia de progressão histórica presente nos currículos anteriores. A *Tabela 4* nos mostra o currículo de 1963.

⁴¹ Fonte: Arquivo Geral da UFRN, histórico pertencente a aluna Sâm Lordão, caixa 58.

Tabela 4: Currículo dos ingressantes em História na UFCL em 1963 (terceiro currículo do curso)

1963 - 1ª série	1964 - 2ª série	1965 - 3ª série	1966 - 4ª série
Introdução ao Estudo da História	História da Arte	História do Brasil	História do Brasil
História Antiga	História do Brasil	História da América	História Contemporânea
História Medieval	História da América	História Contemporânea	Administração Escolar
Antropologia Cultural	História Moderna	História do Rio Grande do Norte	Didática Especial de História
	História das Idéias Políticas	Filosofia da História	
		História das Doutrinas Econômicas	
		Didática Geral	
		Psicologia da Educação	

Fonte: AGUFRN⁴².

Observando-se a *Tabela 4* é possível perceber que no 1º ano foi implantada a disciplina Introdução ao Estudo da História. Segundo Melo essa disciplina surgiu a partir de sua iniciativa.

Ensinei no curso de História desde a primeira turma, em 1957. Aliás a primeira aula do curso foi dada por mim. Inicialmente eu ensinava as disciplinas História Antiga e História Medieval, depois passei a ministrar a disciplina de Didática Especial da História. O esforço diário para preparar aulas foi me tornando um professor de História cada vez mais comprometido com a disciplina.

(...) Com o tempo fui aumentando minha experiência e verificando que era necessário uma outra disciplina para introduzir o aluno nos estudos da História. Isso porque, a nossa idéia inicial era a de que Antiga e Medieval já seriam suficientes para realizar essa introdução. Percebi que o conteúdo dessas duas disciplinas era muito extenso e resolvi propor à congregação da Faculdade de Filosofia a criação de uma terceira disciplina introdutória: Introdução ao estudo da História. A proposta foi aceita e eu fiquei com a disciplina de Introdução e indiquei dois ex-alunos para ocuparem as disciplinas de História Antiga e de Idade Média.⁴³

A turma de 1963 teve um currículo com novas disciplinas também no 2º e no 3º ano. No 2º ano surgiram mais duas disciplinas: História da Arte e História das Idéias

⁴² Arquivo Geral da UFRN - Histórico de Aldenora Finizola de Oliveira Filgueira, caixa, 58.

Políticas. A disciplina História da Arte já figurava em currículos de algumas universidades do Sudeste brasileiro e foi implantada na FFCL a partir do reconhecimento de que os alunos de História necessitavam compreender como a humanidade tinha evoluído na forma de expressar-se artisticamente. A implantação da cadeira de História das Idéias Políticas surgiu a partir da constatação de que a estrutura do curso não era suficiente para que o aluno pudesse compreender como o homem tinha se organizado politicamente em diferentes civilizações.

No ano seguinte, 1964, o currículo do curso de História passou por outra reformulação. A *Tabela 5* mostra como o mesmo estava estruturado:

Tabela 5: Currículo dos ingressantes na FFCL em 1964 (quarto currículo do curso).

1964 - 1ª série	1965 - 2ª série	1966 - 3ª série	1967 - 4ª série
Introdução no Estudo da História	História Moderna	História Contemporânea	Administração Escolar
História Antiga	História do Brasil	História do Brasil	Didática Especial de História
História Medieval	História da América	História da América	História Moderna (optativa)
Antropologia Cultural	História da Arte	História do Rio Grande do Norte	História do Brasil (optativa)
Geografia	História das Idéias Políticas	História das Doutrinas Econômicas	História Contemporânea (optativa)
		Filosofia da História	História Antiga (optativa)
		Didática Geral	História da América (optativa)
		Psicologia da Educação	

Fonte: AGUFRN⁴³.

De acordo com a *Tabela 5*, percebe-se a partir de 1967 a introdução de disciplinas optativas no currículo do curso de História. Nesse sentido, História Moderna, História do Brasil, História Contemporânea, História Antiga, e História da América, são apresentadas como um leque de opções para que o aluno escolhesse o que desejaria cursar⁴⁵. A idéia de flexibilidade do currículo está presente para os alunos das séries finais, o que consistiu numa inovação dentro de uma estrutura curricular, até então, bastante rígida.

⁴³ MELO, João Wilson Mendes. Entrevista, p.5.

⁴⁴ Arquivo Geral da UFRN - currículo do curso de História, e Histórico da aluna Ana Zélia da Câmara Melo, caixa 58

No que diz respeito aos currículos utilizados no período compreendido entre os anos de 1965 e 1968, não foi possível fazer uma análise devido a ausência de fontes que pudessem dar suporte ao objetivo ao qual nos propomos nessa parte do trabalho. Todavia, pelos documentos analisados tendemos a compreender que nesses anos foi aplicado o mesmo currículo de 1964. Só haverá uma nova modificação com a federalização do curso de História em 1968⁴⁶.

A partir dos documentos curriculares que analisamos podemos afirmar que as alterações que ocorreram na estrutura do curso de História, no período de 1957-68, procuraram propiciar uma formação mais abrangente ao aluno, dentro de uma visão de que o futuro historiador precisava ter cada vez mais conhecimentos sobre a civilização mundial e brasileira. Nesse sentido, percebemos que novas disciplinas foram criadas, mas é notável também que nas diversas modificações nota-se a permanência da linearidade cronológica e da progressão histórica.

2.1. Como eram as aulas

Vimos o que caracterizava a estrutura curricular no período 1957-68. Todavia, para entendermos melhor o funcionamento do curso é interessante conhecermos como ocorriam as atividades em sala de aula. As características mais amplas das aulas do curso de História eram as seguintes: tinham duração de cinquenta minutos e eram ministradas em três dias por semana no período da noite.

O professor Melo em seu depoimento, afirma que se preparou por cerca de dois anos para poder tornar-se professor na graduação em História. O professor afirmou que teve algumas aulas particulares com a professora Elita Kopten, na época professora de Didática da História da Universidade de Porto Alegre. Melo afirma ter aprendido, com essas aulas, a utilizar *fichas de aula* como roteiro para expor o assunto e aprendeu também a não se importar que seus alunos vissem seu material de orientação. Para Melo as *fichas de aula* foram muito importantes para o seu desempenho como docente, isso porque ele podia a

⁴⁵ As fontes disponíveis não foram suficientes para explicitar o que foram essas disciplinas optativas. Todavia, consideramos importante que elas sejam citadas uma vez que as mesmas configuram aspectos de alteração no currículo do curso.

⁴⁶ Em virtude dos objetivos deste trabalho só discutiremos os currículos até 1968.

partir delas selecionar os conteúdos que eram essenciais a serem trabalhados em sala de aula, não fugindo assim do assunto que estava para ser ministrado.⁴⁷

A preocupação de Melo com a qualificação profissional - que implicava na melhoria das suas aulas - não era algo isolado. Nesse sentido, os professores que faziam parte do curso de História procuravam aperfeiçoarem seus conhecimentos assistindo a cursos - muitos deles em outros estados - e participando de conferências promovidos pela Associação dos Professores do Rio Grande do Norte sobre temas da atualidade brasileira e nordestina. As conferências contavam com a presença de estudiosos de nome nacional, como por exemplo, Gilberto Osório de Andrade, Nilo Pereira, Vamireh Chacon, Guimarães Duque, Major Carlos Kluppel, Antônio Gentil Fernandes e outros⁴⁸.

Segundo Duarte⁴⁹, a qualificação dos docentes do curso de História tinha um nível muito bom, a ponto de alguns professores apresentarem trabalhos em eventos nacionais ocorridos em outros estados brasileiros. Entre esses eventos destacou-se a participação no II Congresso Brasileiro de História e Crítica Literária e no I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior, ambos realizados em São Paulo, na cidade de Marília.

Os professores do curso de História procuravam ministrar suas cadeiras estabelecendo uma relação entre teoria e prática. Nesse sentido, era habitual os docentes mostrarem em sala de aula os textos teóricos e, em seguida, levarem os seus alunos ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte - IHGRN - para que eles pudessem manter contato com documentos relacionados à história do Estado, como por exemplo, as datas de terra⁵⁰. Os alunos também eram levados a Sítios Arqueológicos e outros marcos históricos, sempre com o intuito de verem na prática o que era trabalhado na teoria em sala de aula.

Sobre o assunto um aluno da primeira turma do curso de História, do ano de 1957, relembra:

havia aulas de campo onde visitávamos lugares históricos e geográficos como, as Ruínas de Cunhaí, Uruaçu, as inscrições rupestres de São Tomé e Patu, a Fortaleza dos Reis Magos o Instituto Histórico e

⁴⁷ MELO, João Wilson Mendes. Entrevista, p.7.

⁴⁸ Cf. DUARTE, José Haroldo Teixeira. História da associação dos professores do Rio Grande do Norte, p.117.

⁴⁹ ibid, p.117

⁵⁰ segundo o professor, era uma espécie de escritura antiga, um documento em que o poder público concedia ao povo certa quantidade de terra para que administrassem a produção.

*Geográfico do Rio Grande do Rio Grande do Norte, a casa de Câmara Cascudo e outros.*⁵¹

No tocante aos recursos didáticos utilizados pelos professores em sala de aula foi possível constatar que vários materiais eram usados. Claro que existiam aqueles que só utilizavam o quadro negro e o giz, mas outros como o professor João Wilson Mendes Melo, trabalhavam - além dos materiais tradicionais - com modernos recursos, tais como: as fichas de aula, o retroprojeter, e até mesmo o gravador.

O uso do gravador em sala de aula pelo professor era bastante peculiar. O docente pedia a um determinado aluno que apresentasse uma aula. O professor gravava essa apresentação. Ao término de cada exposição o professor fazia com que o aluno ouvisse o que tinha apresentado. A partir da escuta, professor e aluno procuravam meios possíveis para corrigir as falhas que cometiam. Esse processo de gravar as exposições do aluno ia aumentando progressivamente com o tempo. A princípio o aluno expunha apenas quinze minutos, numa outra oportunidade meia hora e, por fim uma aula inteira - com cinquenta minutos - era ministrada e gravada. Segundo Melo, o uso do gravador era muito importante porque servia para aperfeiçoar a exposição dos alunos sobre diferentes temas⁵².

No que se refere ao conteúdo das aulas, podemos tomar o depoimento do professor João Wilson Mendes Melo como elemento referencial para o trabalho realizado no período. Segundo Melo, as aulas do curso de História, desde o seu surgimento, não se detinham em datas e nomes dos grandes personagens criados pela História.

Eu sempre tive um gosto especial pela história do homem em todos os seus aspectos. Nunca gostei de estudar história analisando apenas os aspectos político-administrativos, como era a regra geral para o ensino da disciplina nos anos 1950 e 60. Sempre achei que a história social, a história econômica, a história da vida particular, a situação do homem, da mulher, da criança.

Encontrei um livro excelente sobre a História da Cultura, que foi o de Paulo Meque. Aquele livro me deu subsídios para entender melhor a História cultural, para entender cultura e tudo aquilo que foi feito pelo homem e não somente as coisas que se julgavam superiores do espírito, da administração e do gênio guerreiro.

⁵¹ BRITTO, Maria Thereza de. Entrevista, p.2.

⁵² MELO, João Wilson Mendes. Entrevista, p.20, 21.

*Todas essas idéias que eu tinha sobre a História, esse pensamento de valorizar a cultura depois eu vi confirmadas pela primeira e pela segunda geração da Escola dos Annales na França*⁵³.

O depoimento do professor demonstra que o curso de História tinha professores que possuíam idéias sobre o ensino da disciplina que ultrapassavam a memorização das datas e o reforço aos heróis. Nesse sentido, existiam docentes que buscavam trazer para o ensino estudos de particularidades da vida cotidiana dos povos. Isso não significava que as referências aos grandes marcos políticos tinham sido abandonadas, mas demonstrava que havia uma preocupação em adotar práticas inovadoras em sala de aula.

No que concerne à metodologia de ensino para a montagem das aulas, encontramos depoimentos que mostram que os conteúdos eram selecionados a partir de uma ordem cronológica. Em geral o docente fazia um estudo do conteúdo a ser trabalhado, enfatizando as causas e concepções.⁵⁴

No tocante a avaliação das disciplinas do curso de História realizadas no período compreendido entre 1957-68, o processo era o seguinte: o aluno era avaliado a partir de uma prova escrita, caso não obtivesse a média sete, o aluno faria uma segunda chamada, ou segunda época, como chamavam alguns. Inicialmente essa segunda chamada consistia em uma prova oral, todavia com pouco tempo foi substituída por outra prova escrita.

Melo demonstra como eram elaboradas as suas provas:

*(...) ousava fazer provas muito subjetivas. Gostava de dar temas amplos e deixar o aluno consultar os livros que desejasse. Como a prova era subjetiva o aluno não encontraria nenhum livro que contivesse tudo aquilo que eu queria. Procurava fazer com que o aluno, durante a prova, desenvolvesse o raciocínio, a reflexão, a lógica, a inteligência.*⁵⁵

No que diz respeito a bibliografia usada durante o curso, alguns depoimentos indicaram que os professores entregavam à administração da Faculdade relações com os livros a serem trabalhados em cada disciplina. De posse dessa relação a Faculdade, dentro da medida do possível, adquiria esses livros e colocava-os a disposição dos alunos.

⁵³ Ibid, p.9.

⁵⁴ Ibid. Entrevista, p.10.



Os alunos para acompanhar as leituras indicadas pelos professores tinham três opções: comprar os livros em livrarias locais, que na época passaram a melhorar os seus estoques; consultar a biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico do Rio grande do Norte ou ler as obras disponíveis no acervo da Faculdade.

A bibliografia utilizada por alunos e professores do curso de História era bastante variada. Entre os autores citados nos depoimentos como referências para as disciplinas podemos citar: Antônio Paulo Meque Torres; Zacarias Garcia Vilada; José Honório Rodrigues; Fernand Braudel; Le Goff; Rocha Pombo; Joaquim Silva; Manoel Dantas; Câmara Cascudo; José Augusto de Medeiros; Lourenço Filho; Armando Souto Maior; Eduardo Carlos Pereira; entre outros.

Pelo exposto é possível perceber que as aulas do curso de História, de 1957-68, possuíam práticas que ultrapassavam o ensino tradicional da disciplina. Isso demonstra o empenho dos primeiros docentes em produzir um ensino inovador. Em depoimentos de professores notamos que havia uma preocupação em apresentar o esforço que havia sido desenvolvido durante as práticas para produzir um ensino inovador.

⁵⁵. Ibid, p.14.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho procuramos demonstrar que o curso de História surgiu em Natal no ano de 1957, como resposta às necessidades de qualificação dos docentes que atuavam na escola básica. Naquele período a cidade atravessava um processo de aumento populacional, provocado sobretudo pela participação da cidade na 2ª Guerra. O aumento da população, aliado às mudanças na política educacional brasileira, terminaram por favorecer a necessidade de ampliação de oportunidades no ensino superior.

Se as particularidades locais favoreceram para a ampliação do ensino superior em Natal, as diretrizes políticas mais gerais para a educação brasileira também são importantes para a compreensão das razões do surgimento do curso de História. Nesse sentido, estabelecendo uma breve retrospectiva da política educacional brasileira com relação ao ensino superior poderemos entender como esse grau de ensino foi ampliando sua oferta para a população.

Tomemos como ponto de partida para essa retrospectiva a política educacional implantada pelo Estado Novo (1937-45). Naquele período existia no país uma estrutura dual para o ensino médio. Por um lado existia um ramo desse nível de ensino - o propedêutico - que conduzia o aluno ao terceiro grau; por outro lado havia um outro ramo - o profissionalizante - que não permitiam aos seus concluintes ingressarem em cursos superiores. O processo de redemocratização do país, iniciado a partir de 1946, abriu espaços para que essa política fosse questionada. No retorno de Vargas à Presidência (1950-54) e nos anos seguintes medidas foram sendo adotadas para estabelecer a equivalência dos cursos secundários para efeito de progressão no sistema escolar.

Essas medidas garantiram a expansão da clientela que poderia ter acesso ao ensino superior implicando no favorecimento de demandas por vagas nas universidades. O Governo Federal passou a ter uma postura importante nesse processo na medida em que criou universidades federais nas localidades onde não existiam ou haviam apenas instituições privadas; garantiu a gratuidade do ensino nas instituições federais; e federalizou faculdades estaduais e privadas, reunindo-as, posteriormente, em universidades.

Nesse contexto, ocorreu a federalização de muitos cursos existentes no Rio Grande do Norte.

A criação da UFRN acontece dentro do período considerado como desaguadouro das transformações ocorridas no país a partir do nascimento da Segunda República, nos anos trinta. As décadas de 50 e 60 foram vividas sob os efeitos do esgotamento do modelo econômico de industrialização via substituição de importações, posto em prática por governos populistas. (CAMPOS)⁵⁶

Internamente no ensino universitário também foram operadas mudanças, sobretudo a partir do período militar. O regime de cátedra que vigorava nas universidades brasileiras desde a constituição de 1934 até a constituição de 1969, foi modificada. O catedrático tinha estabilidade no emprego, teria o direito de ministrar a disciplina por toda a vida e não poderia ser transferido pelo Estado do seu local de trabalho. Os Decretos - Leis nº 53/1966 e - que modificava as universidades federais - e 252/1967 - impunha o sistema de departamentos. O fim das cátedras foi a base da Reforma Universitária que dava aos departamentos uma estrutura diferenciada. Os departamentos foram criados eliminando os privilégios pessoais, mas ao mesmo tempo aumentando a burocratização da universidade. Pelos objetivos do nosso trabalho nos detemos ao curso de História no período anterior a departamentalização das universidades. Todavia, é importante explicitarmos que ocorreram transformações no país após o período em destaque.

Retomando os objetivos específicos do nosso trabalho passemos a discutir as questões suscitadas a partir dele.

No primeiro capítulo estudamos o espaço da pesquisa e foi possível observarmos que o curso de História surgiu no Rio Grande do Norte a partir das necessidades locais e das diferentes políticas educacionais do país. Vimos também que os professores formadores, em geral, eram formados em Direito e fizeram cursos para se capacitarem a ministrar aulas na FFCL. Nesse sentido, observamos que o processo de capacitação dos professores ocorria, sobretudo, em escolas formadoras já existentes na região Sul e Sudeste do Brasil.

Foi possível ainda perceber as dificuldades existentes no processo de manutenção do curso de História. Tais dificuldades fizeram o curso vincular-se a APRN, ao governo do

⁵⁶ CAMPOS, Herculano Ricardo. *Diz-me com quem andas e te direi quem és: a psicologia no Rio Grande do Norte, do padre Monte ao curso da universidade Federal do Rio Grande do Norte.* p.47.

estado e ao governo federal. Todas essas mudanças de vinculação estiveram relacionadas ao poder político no estado.

No segundo capítulo estudamos os currículos do curso de História e vimos como progressivamente foram sendo introduzidas disciplinas de modo a adequar o curso as necessidades do período. Vimos também as buscas dos professores por adotar métodos de ensino capazes de tronarem suas aulas mais eficientes.

No que diz respeito à composição curricular o aluno passou a ter uma escolha maior sobre que caminho seguir dentro da Universidade. Com a integração dos cursos por áreas e disciplinas o aluno passou a optar por aquelas disciplinas complementares, além daquelas que já faziam parte do currículo comum, que ele queria fazer. Quando existiam as cátedras o curso seguia um currículo comum, e não havia escolha de disciplina, como ocorre atualmente.

Postas essas considerações vemos que os esforços iniciais para a manutenção do curso não eram traduzidas em ações concretas realizadas em escolas. De forma idêntica não sentimos uma intenção em desenvolver estudos sobre a pesquisa. Todo o processo estava muito voltado para o ensino propriamente dito.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

Arquivo Geral da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Estante 227, Prateleira E, Caixa 2

- Relatórios permanentes. Conselho Departamental, sessão do dia 26/02/1965
- Relação dos Diplomas expedidos pela Faculdade de Filosofia (curso de História) e registrados pelo SRD no exercício de 1964.
- Pedido de reconhecimento da Faculdade
- Agregação à universidade

Estante 227, prateleira E Caixa 3, Setor FCE, 1966 a 1968.

- Relatório Permanente, Organização e funcionamento dos departamentos (Geografia, História e Sociologia)

Caixa 12, Relatório dos anos 1961, 1962, 1963, 1964 da UFRN referentes ao nº de concluintes.

Caixa 32, Regimento da Faculdade de Educação, Processo nº1752/63 de 07/05/63

Arquivo Geral da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Caixa 58, Currículo e Histórico do curso de História,

Caixa 70, Professores do Departamento de História

Caixa 77, Relatório do concurso de habilitação de 1961, no qual o professor João Wilson Mendes Melo participa da Banca Examinadora.

Caixa 95, Faculdade de Filosofia , 1963 congregação de professores a Universidade do Rio Grande do Norte

Caixa 102, DOU. Brasília 22/12/1960, Quadragésima terceira página. Edital do 1º Concurso de habilitação. Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Norte

- Plano com nº de despesas da União para com as instituições
- Plano de aplicação de recursos

Diário Oficial da União, Natal 28 de Junho de 1958. Lei nº2307 Criação da Universidade do Rio Grande do Norte. Pró-Reitoria de Assuntos Acadêmicos

BIBLIOGRAFIA

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembrança de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 480p.

CAMPOS, Herculano Ricardo. **Diz-me com quem andas... e te direi quem és: a psicologia no Rio Grande do Norte, do Padre Monte ao curso da Universidade Federal**. 1988. 84 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

DUARTE, José Haroldo Teixeira. **História da Associação dos Professores do Rio Grande do Norte**. Natal: Companhia Editora do Rio Grande do Norte, 1985. 200p.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (Org.). **Usos e abusos da História oral**. 2ªed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1994. p.

_____. **Lendo e aprendendo**. 2.ed. São Paulo: Autores Associados : Cortez, 1989. 180p.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 608p. (Coleção Historial, 6).

MEDEIROS, Tarcísio. O estudo de História no currículo e na titulação do magistério do Rio Grande do Norte. **História** - UFRN: 30 anos. Natal, ano 1, v. 1, p. 9-15. nov. 1987. Edição especial de aniversário.

MEDEIROS, Alberto Pinheiro de . O Curso de História na UFRN- Trinta anos de existência. **História** - UFRN: 30 anos. Natal, ano 1, p.17-21, nov. 1987. Edição especial de aniversário.

- MEIHY, José Carlos Scbe Bom. **Manual de História oral**. São Paulo: Loyola, 1996. 78p.
- MELO, João Wilson Mendes. Um começo de História. **História – UFRN: 30 anos**. Natal, ano 1, v.1, p. 7-8, nov. 1987. Edição especial de aniversário.
- MOREIRA, Antônio Flávio B. **Curriculos e programas no Brasil**. 5.ed. São Paulo: Papirus, 1999. 232p.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: T.A. Queiroz Editor, 1991. 171p.
- ROCHA, Raimundo Nonato Araújo. **Identidades e ensino de História: um estudo em escolas do Rio Grande do Norte**. 2001. 309f. Tese (Doutorado em Educação) -- Faculdade de Educação, Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 8.ed. Petrópolis: Vozes, 1986. 261p.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Resumo histórico do primeiro Decênio da UFRN (1959-1969)**. Natal: Imprensa Universitária, 1969.
- WEREBE, Maria José Garcia. **Grandezas e misérias do ensino no Brasil**. São Paulo: EDIPE, 1970. 270p.

ANEXOS

UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO NORTE

FACULDADE DE FILOSOFIA

HISTORICO ESCOLAR

Nome ANTONIO LEVI EPITÁCIO PEREIRA

Filiação: José da Silva Pereira e Francisca Betina da Silva

Data do nascimento 15 de janeiro de 1924 Local Açaré- Ceará

Nacionalidade Brasileira

CURSO DE : HISTÓRIA

SERVIÇO MILITAR

Documento apresentado: Certificado de Reservista de 2ª Categoria nº 227635

Repartição expedida: 25ª C. R. Ceará -

Data da expedição: 5 de Agosto de 1941

CURSO SECUNDÁRIO

1.º CICLO

Estabelecimento: Ginázio do Crato - Sede Ceará

Data da conclusão: Ano de 1941

2.º CICLO

Estabelecimento: Escola de Comércio do Crato Sede Crato-Ceará

Data da conclusão: Ano de 1944

CURSO SUPERIOR
Concurso de Habilitação

ANO LETIVO DE 1958

Disciplinas	Média	Notas de aprovação
Português.....	8,50	
Francês.....	8,00	
Geografia G.e do Brail.....	6,22	
História G.e do Brasil.....	6,00	

1a. SÉRIE

Ano letivo de 1958

Cadeiras ou disciplinas	Médias de aprovação	
	1a. Época	2a. Época
História da Antiguidade e Idade Média.....	10,00	

2a. SÉRIE

Ano letivo de 1959

Cadeiras ou disciplinas	Médias de aprovação	
	1a. Época	2a. Época
História Moderna.....	9,50	
História do Brasil.....	7,00	

3a. SÉRIE

Ano letivo de 1960

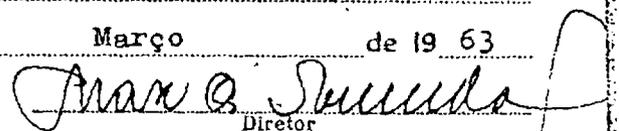
Cadeiras ou disciplinas	Médias de aprovação	
	1a. Época	2a. Época
História do Brasil.....		8,00
História Contemporânea.....		9,00
História da América.....		9,00

Data da colação de grau: 10 de Março de 1961

Data da expedição do diploma: 10 de Março de 1961

Natal (RN) 2 de Março de 1963


Secretário


Diretor

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE NATAL

Sob a administração Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

Rua Jundiá, 641 - Fone - 15-42

HISTÓRICO ESCOLAR

Nome - SARA LORDÃO
Filiação - Graçiliano Lordão e Valdemira Macêdo Lordão
Data do nascimento - 28 de setembro de 1941
Local - Prelhas
Estado - Rio Grande do Norte
Nacionalidade - Brasileira

CURSO SECUNDÁRIO

1º Ciclo - Ginásial

Estabelecimento de ensino - Colégio Imaculada Conceição - Natal - Rio Grande do Norte - Ano de conclusão - 1957

2º Ciclo - Colegial

Estabelecimento de ensino - Colégio Imaculada Conceição - Natal - Rio Grande do Norte - Ano de conclusão - 1960

CURSO SUPERIOR

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Natal

CURSO DE HISTÓRIA

CONCURSO DE HABILITAÇÃO - 1962

1. Português.....	4,83
2. Francês.....	6,16
3. História Geral e do Brasil.....	5,00
4. Geografia Geral e do Brasil.....	4,00
Soma das Médias.....	19,99
Média Global.....	4,99

Primeira Série - 1962

1. História da Antiguidade e Idade Média.....	60
2. Antropologia Cultural.....	70
3. Introdução à Filosofia.....	45

Segunda Série - 1963

1. História Moderna.....	73
2. História do Brasil.....	56
3. História da América.....	64
4. Geografia Humana Geral.....	68



FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE NATAL

Sob a administração Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

Rua Jundiá, 641 - Fone - 15-42

Histórico Escolar-Cont.

Terceira Série - 1965

1. História do Brasil.....	75
2. História da América.....	76
3. História Contemporânea.....	66
4. História do Rio Grande do Norte.....	73
5. Filosofia da História.....	92
6. História das Doutrinas Econômicas.....	71
7. Didática Geral.....	93
8. Psicologia da Educação.....	56

Quarta Série - 1966

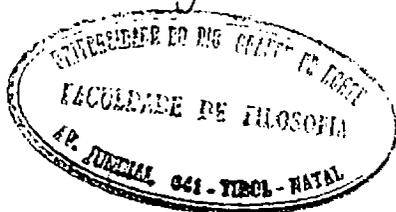
1. História do Brasil.....	85
2. História Contemporânea.....	78
3. Administração Escolar.....	73
4. Didática Especial de História.....	90

Data da colação de grau de Licenciada em História - 18 de dezembro de 1966.

Data da expedição do diploma : 20 de maio de 1967.

Secretaria da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Natal, 20 de maio de 1967.

Aníbal Délio da Silva
Secretário



Visto:

Quinho Chaves Filho
Prof. Dr. Quinho Chaves Filho
Diretor

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE NATAL
(Agregada à Universidade Federal do Rio Grande do Norte)
Rua Jundial, 641 — Fone 1542

HISTÓRICO ESCOLAR

Nome - ALDENORA FINIZOLA DE OLIVEIRA FILGUEIRA
Filiação - Bianor Correia de Oliveira e Antonieta Finizola de Oliveira
Data do nascimento - 02 de junho de 1943
Local - Natal
Estado - Rio Grande do Norte
Nacionalidade - Brasileira

CURSO SECUNDÁRIO

1º Ciclo - Ginásial

Estabelecimento de ensino: Colégio "Imaculada Conceição" - Natal - Rio Grande do Norte - Ano de conclusão - 1958

2º Ciclo - Colegial

Estabelecimento de ensino: Colégio "Imaculada Conceição" - Curso Pedagógico - Natal - Rio Grande do Norte - Ano de conclusão - 1961

CURSO DE HISTÓRIA

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE NATAL

Concurso de Habilitação -

Ano de 1962

1. Português.....	4,66
2. Francês.....	5,83
3. História Geral e do Brasil.	4,00
4. Geografia G. e do Brasil....	4,00
Soma das médias.....	18,49
Média Global.....	4,62

PRIMEIRA SÉRIE - 1963

1. Introdução ao Estudo da História.....	83
2. História Antiga.....	82
3. História Medieval.....	76
4. Antropologia Cultural.....	84

SEGUNDA SÉRIE - 1964

1. História da Arte.....	71
2. História do Brasil.....	78
3. História da América.....	75
4. História Moderna.....	77
5. História das Idéias Políticas.....	75

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE NATAL
(Agregada à Universidade Federal do Rio Grande do Norte)
Rua Jundiá, 641 — Fone 1542

Histórico-Escolar-Cont.

TERCEIRA SÉRIE - 1965

1. História do Brasil.....	69
2. História da América.....	70
3. História do Rio Grande do Norte.....	78
4. História Contemporânea.....	75
5. Filosofia da História.....	93
6. História das Doutrinas Econômicas.....	72
7. Didática Geral.....	77
8. Psicologia da Educação.....	61

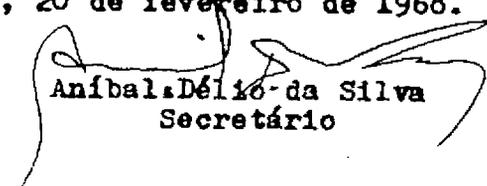
QUARTA SÉRIE - 1966

1. História do Brasil.....	88
2. História Contemporânea.....	75
3. Administração Escolar.....	64
4. Didática Especial de História.....	99

Data da colação de grau: LICENCIADA EM HISTÓRIA:
20 de dezembro de 1966.

Data da expedição do diploma: 20 de fevereiro de 1968.

Secretaria da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de
Natal, 20 de fevereiro de 1968.


Aníbal Délio da Silva
Secretário

Visto

Prof. Dr. Quinho Chaves Filho
Diretor

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE NATAL

(Agregada à Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

Rua Jundiá, 641 — Fone 1542

HISTÓRICO ESCOLAR

Nome - ANA ZÉLIA DA CÂMARA MELO
Filiação - Pedro Ferreira de Melo e Almira da
Câmara Melo
Data do nascimento - 13 de fevereiro de 1943
Local - Natal
Estado - Rio Grande do Norte
Nacionalidade - Brasileira

CURSO SECUNDÁRIO

1º Ciclo - Ginásial

Estabelecimento de Ensino: "Colégio Nossa Senhoras das Neves" - Natal - Rio Grande do Norte - Ano de conclusão - 1958.

2º Ciclo - Colegial

Estabelecimento de Ensino: "Colégio Nossa Senhora das Neves" - Natal - Rio Grande do Norte - Ano de conclusão: 1961.

CURSO SUPERIOR

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE NATAL

CURSO DE HISTÓRIA

Concurso de Habilitação - 1964

1. Português.....	55
2. Inglês.....	70
3. História Geral e do Brasil...	50
4. Geografia Geral e do Brasil..	60
Soma das médias.....	235
Média global.....	59

PRIMEIRA SÉRIE - 1964

1. Introdução ao Estudo da História.....	78
2. História Antiga.....	69
3. História Medieval.....	72
3. Geografia.....	89
4. Antropologia Cultural.....	91

SEGUNDA SÉRIE - 1965

1. História do Brasil.....	76
2. História da América.....	91
3. História Moderna.....	81
4. História da Arte.....	77
5. História das Idéias Políticas.....	83

Histórico Escolar-Cont.

TERCEIRA SÉRIE - 1966

1.História do Brasil.....	75
2.História da América.....	70
3.História do Rio Grande do Norte.....	71
4.História Contemporânea.....	84
5.História das Doutrinas Econômicas.....	70
6.Filosofia da História.....	90
7.Didática Geral.....	74
8.Psicologia da Educação.....	73

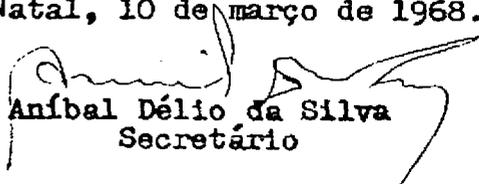
QUARTA SÉRIE - 1967

1.História Antiga.....	81
2.História Moderna.....	82
3.Administração Escolar.....	78
4.Didática Especial de História.....	94

Data da colação de grau de LICENCIADA EM HISTÓRIA:
05 de dezembro de 1967.

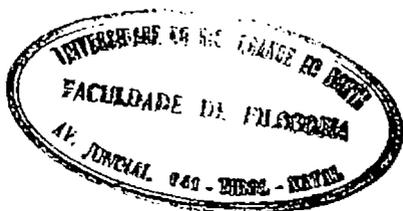
Data da expedição do diploma: 10 de março de 1968.

Secretaria da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
de Natal, 10 de março de 1968.


Aníbal Délio da Silva
Secretário

Visto:


Prof. Dr. Quinho Chaves Filho
Diretor



Primeira Série

1ª. Série

1. Introdução Estudo da História
2. História Antiga
3. História Medieval
4. Antropologia Cultural
5. Geografia

2ª. Série

1. História Moderna
2. História do Brasil
3. História da América
4. História da Arte
5. História das Ideias Políticas

3ª. Série

1. História Contemporânea
2. História do Brasil
3. História da América
4. História do Rio Grande do Norte
5. História das Doutrinas Econômicas
6. Filosofia da História
7. Didática Geral
8. Psicologia da Educação

4ª. Série

Administração Escolar

Didática Especial da História

3. História Moderna (opção)
4. História do Brasil (opção)
5. História Contemporânea (opção)
6. História Antiga (opção)
7. História da América (opção)



DIÁRIO OFICIAL

SEÇÃO I - PARTE I

DECRETO Nº 46.237 - DE 18 DE JUNHO DE 1959

ANO CVI - Nº 49

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA

de 1968
Nº 57.00)

Presidente da
do Rio
de 1968

de 1968

de 1968

de 1968

DECRETO Nº 62.380 - DE 11 DE MARÇO DE 1968

Publica o aproveitamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Natal - RGN.

Art. 1º O Presidente da República, usando a atribuição que lhe confere o art. 83, item II, da Constituição e em vista o que consta do Processo nº 11-58, do Ministério da Educação e Cultura, e

considerando que a Faculdade de Ciências e Letras de Natal, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, vem sendo administrada e mantida pela própria entidade, com recursos fornecidos pela Diretoria do Ensino Superior, do Ministério da Educação e Cultura desde o ano de 1966;

considerando que essa medida foi adotada para evitar o fechamento do estabelecimento de ensino superior, existente no Estado do Rio Grande do Norte, com tudo o que se refere ao Processo nº 231.438-86, do Ministério da Educação e Cultura;

considerando a inequívoca demonstração pelo Governo do Rio Grande do Norte, de sua vontade de manter a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, mediante a complementação pública, imóvel, móveis e demais bens destinados ao seu funcionamento regular;

considerando o disposto nos artigos 83, item II, da Constituição e art. 5º do Decreto-lei nº 53, de 18 de novembro de 1966, combinado com o artigo 5º do Decreto-lei nº 252, de 28 de fevereiro de 1967;

considerando a Universidade Federal do Rio Grande do Norte promoverá em comum com o Governo do Estado do Rio Grande do Norte para o funcionamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Natal, a nova estruturação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, dentro do novo plano de estruturação da mesma Universidade Federal e de conformidade com as normas estabelecidas no Decreto-lei nº 53, de 18 de novembro de 1966, e no Decreto-lei nº 252, de 28 de fevereiro de 1967;

considerando a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Natal que se encontra em funcionamento público de direito, imóvel, móveis e acessórios, autorizada pelo Governo do Rio Grande do Norte, para o funcionamento das no-

as normas estabelecidas no Decreto-lei nº 53, de 18 de novembro de 1966, e no Decreto-lei nº 252, de 28 de fevereiro de 1967;

ATOS DO PODER EXECUTIVO

Art. 2º Para ocorrer as despesas do pessoal docente e administrativo e do material da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Natal, dentro do novo plano de sua estruturação à conta da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, o Ministério da Educação e Cultura, por intermédio da Diretoria do Ensino Superior, prestará à mesma os recursos previstos especificamente no Orçamento Geral da República.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de março de 1968; 147ª da Independência e 80ª da República.

A. COSTA E SILVA
Tarsa Dutra

Table with 2 columns: Month and Coefficient. Rows: Setembro de 1967 (1.07), Outubro de 1967 (1.06), Novembro de 1967 (1.05), Dezembro de 1967 (1.04), Janeiro de 1968 (1.02), Fevereiro de 1968 (1.00)

Parágrafo único. O salário real médio a ser reconstituído será a média aritmética dos valores obtidos pela aplicação dos coeficientes acima nos salários dos meses correspondentes.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de março de 1968; 147ª da Independência e 80ª da República.

A. COSTA E SILVA
Jarbas G. Passarinho

DECRETO Nº 62.381 - DE 11 DE MARÇO DE 1968

Publica os índices de atualização monetária dos salários dos últimos 24 (vinte e quatro) meses, na forma estabelecida no Decreto-lei nº 15, de 29 de julho de 1966 e das outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 83, item II, da Constituição e tendo em vista o disposto no artigo 1º do Decreto-lei nº 15, de 29 de julho de 1966, decreta:

Art. 1º Para reconstituição dos salários reais médios dos últimos 24 (vinte e quatro) meses, conforme estabelece no artigo 1º do Decreto-lei nº 15, de 29 de julho de 1966, serão utilizados os seguintes coeficientes aplicáveis aos salários dos meses correspondentes, para os acordos coletivos de trabalho ou decisões da Justiça do Trabalho, cuja vigência termine no mês de março de 1968.

Table with 3 columns: Mês, Coeficiente, and Value. Rows: Março de 1966 (1.01), Abril de 1966 (1.04), Maio de 1966 (1.50), Junho de 1966 (1.48), Julho de 1966 (1.42), Agosto de 1966 (1.39), Setembro de 1966 (1.36), Outubro de 1966 (1.33), Novembro de 1966 (1.31), Dezembro de 1966 (1.30), Janeiro de 1967 (1.24), Fevereiro de 1967 (1.22), Março de 1967 (1.12), Abril de 1967 (1.10), Maio de 1967 (1.12), Junho de 1967 (1.12), Julho de 1967 (1.09), Agosto de 1967 (1.08)

DECRETO Nº 62.382 - DE 11 DE MARÇO DE 1968

Dispõe sobre o Regulamento da Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO)

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 83, item II, da Constituição e o art. 32 da Lei nº 5.365, de 1º de dezembro de 1967, e

Considerando a conveniência de conferir caráter progressivo à regulamentação das atividades da SUDECO, de maneira a permitir que as normas vigentes nesta fase inicial possam ser sucessivamente aprimoradas e ajustadas ao desenvolvimento dos serviços, decreta:

Art. 1º Observado o disposto na Lei nº 5.365, de 1º de dezembro de 1967, fica o Ministro do Interior autorizado a expedir o Regulamento Provisório da Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO), respeitado o seguinte:

I - a organização e o funcionamento dos serviços da SUDECO obedecerá aos princípios e normas estabelecidas no Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;

II - os quadros do pessoal, de qualquer natureza, assim como as tabelas de salários, remuneração ou gratificação estão sujeitos à prévia aprovação do Presidente da República;

III - a Administração de Pessoal obedecerá às leis, regulamentos, normas em vigor, de natureza geral ou especial, as recomendações expedidas ou aprovadas pelo Presidente da

Vertical text on the right margin containing various administrative notes and references.



LEI Nº. 2.307, DE 25 DE JUNHO DE 1958

LEI Nº. 2.307, DE 25 DE JUNHO DE 1958
CRIA A UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO NORTE
O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE:
FAÇO SABER que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I DA UNIVERSIDADE E SEUS FINS

Art. 1.º — É criada a Universidade do Rio Grande do Norte, instituição de ensino superior e de alta pesquisa, com personalidade jurídica e natureza autárquica, dotada de autonomia técnico-didática, administrativa, financeira e disciplinar, nos termos da legislação federal e dos Estatutos que a regulamentarão.

Art. 2.º — A Universidade do Rio Grande do Norte, com sede na cidade de Natal, capital do Estado, tem por finalidade:

- a) manter e aperfeiçoar, nas diversas unidades que a compõem, o ensino superior, desenvolvendo a cultura filosófica, científica, literária e artística;
- b) fornecer quadros culturais constituídos de elementos habilitados para o exercício das profissões técnico-científicas liberais e do magistério, bem como das altas funções da vida pública;
- c) concorrer para o engrandecimento cívico, espiritual e material do Estado e da Nação.

Art. 3.º — A formação universitária obedecerá aos princípios fundados no respeito à dignidade da pessoa humana, aos seus direitos naturais e essenciais e, contribuindo para as conquistas da inteligência, terá em vista a realidade brasileira, a ordenação e o progresso da Pátria e o sentido da unidade nacional.

Art. 4.º — A Universidade do Rio Grande do Norte reger-se-á pela legislação federal do ensino, pela presente lei e pelos Estatutos e Regimentos que forem aprovados.

TÍTULO II DA CONSTITUIÇÃO DA UNIVERSIDADE

Art. 5.º — A Universidade do Rio Grande do Norte compor-se-á de estabelecimentos de ensino:

- a) incorporados;
- b) agregados.

§ 1.º — Estabelecimentos incorporados serão os mantidos pelo Governo do Estado e agregados aqueles que o forem por entidade de caráter privado.

§ 2.º — As Faculdades de Medicina, de Filosofia e a Escola de Serviço Social, que continuarem às expensas das suas entidades mantenedoras, são consideradas agregadas.

§ 3.º — Será permitida a incorporação à Universidade, nos termos da legislação federal, de outros estabelecimentos ou Institutos de Ensino Superior que venham a ser criados no Estado.

Art. 6.º — Por deliberação do Conselho Universitário e de acordo com a legislação federal, a Universidade do Rio Grande do Norte poderá promover a criação e o funcionamento de novos cursos, agregação de novas unidades e a fusão ou desdobração de qualquer deles.

§ 1.º — Não será permitida a incorporação ou agregação de estabelecimento de ensino superior de que haja congêneres na Universidade e na capital do Estado.

§ 2.º — Independentemente de incorporação, quaisquer instituições públicas ou privadas poderão colaborar com a Universidade mediante acordos especiais firmados entre as mesmas e o Reitor da Universidade, quando autorizada pelo Conselho Universitário.

Art. 7.º — Para incorporar-se à Universidade, o estabelecimento ou instituição de ensino superior deverá provar:

- a) que tem por finalidade ministrarem ensino que se enquadre nos objetivos da Universidade;
- b) que possui recursos permanentes capazes de lhe garantir funcionamento regular e eficiente;
- c) que é reconhecida pelo Governo Federal.

Art. 8.º — Será disciplinado em Regimento o funcionamento dos cursos de caráter propedêutico, técnico ou de aplicação de grau médio, anexos a estabelecimentos integrantes da Universidade e nos mesmos subordinados didática e administrativamente.

TÍTULO III DA ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA

CAPÍTULO I

Dos Órgãos da Administração Universitária

Art. 9.º — A Universidade terá por órgãos da sua administração:

- a) Assembleia Universitária;
- b) Conselho Universitário;
- c) Reitoria.

Art. 10.º — A Assembleia Universitária, constituída por todos os profes-